

A CIDADE INFORMACIONAL COMO DESAFIO PASTORAL

LUÍS MIGUEL FIGUEIREDO RODRIGUES

A paisagem humana é constantemente afetada pelos artefactos tecnológicos que dão suporte às suas demandas civilizacionais. Se as ferramentas são resultado da busca de soluções para tarefas específicas, não é menos verdade que a concretização obtida influencia, de alguma maneira, os seus utilizadores.¹ Referimo-nos às ferramentas e não aos meros instrumentos. A função destes esgota-se na utilização imediata, ao passo que a daquelas existe antes e perdura depois da sua utilização, o que faz com que, mesmo a mais rudimentar, seja mnemotécnica.² Ao arquivar em si memórias das competências daqueles que a elaboraram, vai permitir que sobre esta se vá melhorando a proficiência, através das utilizações sucessivas. O armazenamento de memórias nas ferramentas vai permitir recuperar a informação nas gerações posteriores e, por isso, influenciá-las. Os desenvolvimentos tecnológicos acabam, de uma ou de outra forma, por ter consequências sociais e culturais.³ De algum modo, a utilização de uma ferramenta conduz o utilizador pelo caminho evolutivo que a fez chegar até aí, embora nem sempre isso seja consciente. A este dado acresce o facto de que na cidade informacional a relação entre sujeitos se faz através de ferramentas digitais,

¹ Cf. E. GRAHAM, "Being, making and imagining: Towards a practical theology of technology", in *Culture and Religion: An Interdisciplinary Journal* 10 (2009) 221-236.

² Cf. R. DEBRAY, *Introduction à la médiologie*, ed. Presses Universitaires de France, Paris 2000, 19-20.

³ Cf. J. M. DUQUE, "Rality, Virtuality and Relation. Neognostic Utopias of the Post-Human in Cyberculture", in *ET-Studies* 7,1 (2016) 132-133.

da técnica, que é a ação sobre as coisas, e não apenas da praxis, que é a ação de um sujeito com outro sujeito.⁴

O informacionalismo é o paradigma tecnológico que constitui a base material das sociedades do início deste século, sucedendo, assim, ao paradigma industrial precedente.⁵ É um paradigma tecnológico que constitui a base das descobertas compreensivas da sociedade contemporânea. Sucede e está ainda a conviver com o paradigma industrial que, progressivamente, vai substituindo, e do qual herda recursos.⁶ O novo paradigma do informacionalismo pode ser facilmente compreendido se o compararmos com o industrial. Aqui, a energia é o recurso primário e as tecnologias agrupam-se em torno deste recurso. É um paradigma caracterizado pela organização sistemática das tecnologias, com base na competência para gerar e distribuir energia. O informacional, por seu turno, é um paradigma baseado no aumento da capacidade de processar informação. O novo paradigma não existe por si só, precisa do anterior, desde logo pelos recursos materiais que este aporta e que lhe são imprescindíveis. Mas, “sendo a informação e a comunicação as dimensões mais fundamentais da atividade e organizações humanas, uma mudança revolucionária nas condições materiais do seu desempenho afeta todos os âmbitos da atividade humana”.⁷ Na cidade informacional, a capacidade que qualquer sujeito tem de atuar sobre a rede de comunicações permite-lhe, a ele e às organizações, reconfigurar a rede em função das suas necessidades e projetos.⁸ Mas convém ter bem presente que esta possibilidade depende muito do modelo de poder que existir na configuração da rede. Nesta nova sociedade, a da informação, – com o conseqüente processo de formação, pesquisa e produção – o sucesso depende sobretudo da capacidade de gerar conhecimento e processar essa informação de modo eficiente. O sucesso está naqueles que saibam o que procurar na *internet* e o que fazer com o que encontram em função das tarefas e projetos a que se destina a informação.

A transição do paradigma industrial para o informacional, como nas épocas anteriores, é lenta e nada homogênea. Mas o que resulta evidente é que a sociedade informacional, através das redes que promove, está a mol-

⁴ Cf. R. DEBRAY, *Transmettre*, ed. Odile Jacob, Paris 1997, 185-186.

⁵ Cf. M. CASTELLS, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*. Vol. I, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2007, 225-230.

⁶ Cf. ID., “Informacionalismo, redes y sociedade red: una propuesta teórica”, in ID. (ed.), *La sociedad red: una visión global*, ed. Alianza Editorial, Madrid 2006, 33.

⁷ *Ibid.*, 34.

⁸ Cf. *ibid.*, 37.

dar a sociedade. As pessoas plenamente integradas nessa sociedade constituem uma minoria da população do planeta. Contudo, se as plenamente integradas são poucas, a influência do que acontece nas diversas redes, que configuram a sociedade em rede, afeta toda a população. A sociedade em rede é a estrutura dominante do planeta que, progressivamente, vai tendo repercussão sobre o modo como se está fora do ciberespaço.⁹

I. CULTURA DIGITAL

A cidade informacional assume um conjunto de valores e de crenças específicos que motivam o comportamento dos cidadãos. Ao ter como suporte as tecnologias digitais, que propiciam a sociedade em rede, é natural que estas alterações afetem a cultura. Como “resultado da convergência da evolução histórica e da mudança tecnológica, entramos num modelo genuinamente cultural de interação e organização social”.¹⁰ Tem, por isso, uma cultura própria.¹¹ Contudo, a sociedade em rede não é uniforme em todo o território, antes se desenvolve em diferentes contextos territoriais e culturais. O núcleo comum daquilo que se chama cultura da sociedade em rede é que “existe globalmente num tempo real; é global na sua estrutura. Por isso, não só alastra a sua lógica a todo o mundo, mas mantém a sua organização em rede no âmbito global, ao mesmo tempo que desenvolve a especificidade de cada sociedade”,¹² pelo que a cultura digital, mais do que a uniformização cultural, procura promover a partilha e o diálogo entre as diferentes culturas. Não pretende ser uma cultura universal que se impõe, antes promover a interação cultural entre culturas, mesmo as minoritárias, que fora da cidade informacional não teriam a capacidade de expressão que hoje possuem. Por isso, “os protocolos de comunicação entre as diferentes culturas são a pedra angular da sociedade rede, já que sem eles não existe a dita sociedade, mas apenas redes dominantes e comunas de resistência”.¹³

⁹ J. M. DUQUE, *a.c.*, 136.

¹⁰ M. CASTELLS, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*. Vol. I, 615.

¹¹ Cf. A. CLOETE, “Living in a digital culture: the need for theological reflection”, in *HTS Theologese Studies/Theological Studies* 71, 2 (2015) 2.

¹² M. CASTELLS, “Informacionalismo, redes y sociedade red: una propuesta teórica”, 68. Se, inicialmente, Manuel Castells fala em “sociedade em rede”, o conceito evolui, depois, para “sociedade rede”.

¹³ *Ibid.*, 69.

A cultura digital apoia-se, então, não tanto nos conteúdos, mas nos processos de partilha que possibilita. A partilha acaba por ser o fenómeno mais apreciado, não a partilha dos mesmos valores, mas do valor da partilha em si mesmo. A base desta cultura não são os conteúdos, mas sim os processos de interação. E a partilha de significados culturais diferentes pode não só coexistir, como ser agora potenciada. Graças ao poder dos símbolos, mediados pela integração dos diversos *media*, todas as realidades são comunicáveis. A realidade é captada e imersa numa composição de objetos digitais que não apenas representam o real, mas são capazes de o criar e recriar, para além dos ecrãs, transformando-se em experiência.¹⁴

Com o recurso às novas tecnologias, a informação é desmaterializada, dando origem à possibilidade de virtualização. O virtual não só não é oposto ao real, como é uma dimensão muito importante da realidade, porque o virtual é aquilo que existe, não em ato, mas em potência. O oposto do virtual é o atual, pois “o virtual tende a atualizar-se, embora não se concretize de um modo efetivo e formal”.¹⁵ A esta dupla convém acrescentar um outro conceito: o possível. O possível está todo constituído, só ainda não está realizado. E realiza-se sem que nada o mude ou afete, pelo que o possível é exatamente como o real, só lhe falta existência. Não há nenhum processo de criação, porque não há nenhuma inovação.

Quando o virtual gera experiência vivida dá-se a atualização, que é a solução de um problema, mas que não estava anteriormente contida, como no caso do possível; é uma criação que surge através da configuração dinâmica de forças e finalidades proporcionadas pelo virtual. A atualização cria algo de novo, que não estava antes predefinido, porque nasce do diálogo entre o virtual e uma determinada configuração espaço-temporal onde se realiza a atualização.

A cultura digital assume, ainda, uma *ética hacker*¹⁶ – sem conotações negativas – que se baseia no prazer de partilhar e do uso imediato da criação. Centra-se na fruição da inovação partilhada, que acaba por ser a sua gratificação, o ganho procurado. O trabalho centra-se sobretudo em projetos, mais do que em tarefas específicas ou no horário de serviço. Este dado reveste-se

¹⁴ Cf. P. LÉVY, *Cyberculture*. Editions Odile Jacob, Paris 1997; ID., *Qué es lo virtual?*, Ed. Paidós, Barcelona 1998.

¹⁵ ID., *Qué es lo virtual?*, 10.

¹⁶ Cf. P. HIMANEN, “La ética hacker como cultura de la era de la información”, in M. CASTELLS, (ed.), *La sociedad red: una visión global*, 510-511.

tanto mais de importância quanto mais se toma consciência de que a cultura digital, a da *Internet*, é a cultura dos seus criadores.¹⁷ Pode distinguir-se, então, entre consumidores/utilizadores, que são os que utilizam os recursos presentes na *Web*, e os produtores/utilizadores, que são quem alimenta o sistema tecnológico¹⁸ e que, por isso, configuram a paisagem cultural da cidade informacional, baseando-se na tecnomeritocracia.¹⁹

Se no paradigma industrial o valor económico é aquele que mais movimenta os cidadãos, no informacional os produtores/utilizadores movem-se sobretudo pela reputação, que constitui o elemento essencial para aferir da possibilidade de pertencer à comunidade, assim como para estabelecer uma hierarquização entre os membros.²⁰

II. DESAFIOS PASTORAIS

Os novos *media* e a cultura que eles originam, a digital, não podem ser vistos apenas como mais um recurso, talvez até muito eficaz, para difundir mensagens religiosas e, com isso, facilitar a evangelização. São muito mais do que isso, são um ambiente, um contexto e uma cultura próprios que lançam novos desafios à pastoral.²¹

Se, até aqui, as mudanças comunicacionais se focavam na quantidade e na velocidade, até se poder falar em *mass media*, onde um emissor envia informações em massa para a universalidade dos recetores e que tem o seu último estágio evolutivo na *web 1.0*, das páginas estáticas na *internet*. Na geração seguinte, cada recetor é também um emissor, o poder e o controlo estão distribuídos. Deixa de haver um grupo reduzido de emissores que enviam muita informação para todos os recetores, disputando a atenção destes, para passar a haver uma imensidão de comunicações e partilhas,

¹⁷ Cf. J. R. FERNÁNDEZ, *Evangelizar en el planeta digital. Cómo hacer significativa nuestra presencia en Internet*, Col. Pastoral 43, ed. PPC, Madrid 2013.

¹⁸ Cf. M. CASTELLS, *A Galáxia Internet*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2007, 55.

¹⁹ Cf. *ibid.*, 57-60.

²⁰ Cf. *ibid.*, 58-59.

²¹ Os diversos desafios que a cultura digital oferece às religiões podem ser aglutinados em torno de cinco núcleos, a saber: a ritualização, a identidade, o sentido de comunidade, a autoridade e, por fim, a autenticidade (cf. H. CAMPBELL [Ed.], *Digital Religion. Understanding religious practice in new media worlds*, ed. Routledge, New York 2013; J. MITCHELL, S. MARRIAGE, *Mediating Religion. Conversations in media, religion and culture*, ed. T&T Clark, London/New York 2006).

de todos para todos, numa pluralidade de direções, dando origem ao *cross-media*. Estamos na *Web 2.0*, das redes sociais digitais, que será tanto mais bem-sucedida quanto mais as ferramentas digitais permitirem usufruir dos recursos presentes na *Internet*. Por seu turno, a *Web 3.0*, que discretamente se está a desenvolver, afirmar-se-á na medida em que for mais semântica, permitindo, através da interligação de significados, que a máquina e o ser humano trabalhem em cooperação, desde que cada indivíduo partilhe a informação que ele considera importante e, por isso, a agregue ao seu perfil, dando visibilidade estável à sua identidade digital.²² Daqui a importância do reconhecimento de protocolos comunicacionais,²³ coerentes com o estilo cristão.

A atenção pastoral não pode estar alheia a esta nova realidade, porque nada do que é humano é estranho às preocupações da comunidade eclesial (cf. GS 1) que, além do mais, está consciente da mudança cultural que se está a operar e para a qual os pronunciamentos do magistério eclesial têm vindo a alertar.²⁴ Desde logo, assumindo que não basta a transmissão de informações – muito própria dos processos educativos de suporte digital, cada vez mais em voga –, mas importa cultivar uma atitude que promova a aquisição de um conhecimento de fisionomia sapiencial. Também aqui, a ritualidade em geral,²⁵ e a liturgia cristã em particular, são descobertas como únicas e essenciais, porque mais que transmitir informações, importa ser capaz de fazer memória. A comunidade eclesial redescobre que a sua ação só tem força na medida em que as suas ações e palavras manifestam a ação de Deus e permitem uma experiência de fé. Por isso, não há ação pastoral sem uma estreita ligação com toda a ação litúrgica e sacramental da Igreja. Aqui, e de forma mais densa na eucaristia, está contido todo o mistério da fé. Aquela “é memorial, é banquete, é sacrifício, é oferenda; é aliança e

é louvor; é recordação de um passado definitivamente consumado, situado no tempo e no espaço, é presença única que assume o homem integrando-o no ato transcendental do Senhor e não é menos esperança em relação ao futuro, nostalgia do que há de vir”.²⁶ Mas o “fazer memória” não é voltar-se para o passado: é um tornar *presente* que, justamente, diz no hoje o sentido desse passado. Na medida em que “faz memória”, confessa que o passado não é simplesmente passado, morto. Um “fazer memória” é sempre um gesto *presente* que cristaliza uma existência, pessoal e comunitariamente, onde as coordenadas escapam ao desenrolar linear da simples temporalidade.²⁷

Esta constatação abre passo para outro desafio pastoral, que postula que não se fique por meros contactos ocasionais nas redes sociais digitais, mas que se cultivem autênticas relações de amizade que, necessariamente, cheguem ao toque físico no seio de uma comunidade eclesial. Este desafio convida as comunidades a valorizarem cada vez mais a sua atitude de acolhimento, de escuta e abertura ao que é diferente. A autêntica cultura do encontro implica uma maior reflexão, capaz de distinguir e valorizar corretamente as dimensões *virtual* e *atual* das relações, e a sua necessária complementaridade. Este dado deve-se ao facto de que a comunhão, entendida em sentido teológico, não se consegue apenas com relações virtuais. Antes, lança o desafio espiritual que tem no binómio *palavra* e *silêncio* o critério aferidor da qualidade de uma presença digital que sirva a diaconia do sentido. A amizade é, então, a expressão da relação com a Trindade e do testemunho cristão, quer dos participantes individuais, quer das comunidades, num permanente exercício de abertura de portas, sobretudo às periferias existenciais.

A análise das práticas realizadas na *Web* evidencia, por vezes de modo quase exclusivo, que o tornar-se cristão pressupõe um *encontro* pessoal, entre a fé que é dom, mas também acolhimento livre. Estamos diante da dimensão pessoal e individual da fé, que não pode esquecer que também é necessário um quadro referencial normativo da fé, exterior ao sujeito, porque “num contexto de pluralismos de subsistemas sociais, agravado pela confusão de referências e a referência do indivíduo por si mesmo, é necessá-

²² Cf. S. WILLIAMS, S. FLEMING, P. PARSLow, Pat, *This Is Me, Learning materials about Digital Identity*, EduserV [http://centaur.reading.ac.uk/17356/1/Williams_2010_TiM_Careers.pdf (acedido a 30/05/2016)].

²³ Cf. A. ZEM-LOPES *et al.*, “Uma Revisão Sistemática das Tecnologias da Web Semântica em Ambientes Educacionais”, in *Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação* (2013) 571-580.

²⁴ Cf. L. M. F. RODRIGUES, “Proponer el Evangelio en una cultura digital”, in J. C. CARVAJAL BLANCO, A. CASTAÑO FÉLIX (Eds), *Id y haced discipulos... (Mt 28,9). Al servicio de la fe*, Ediciones Universidad San Dámaso, Madrid 2012, 199-222.

²⁵ Cf. G. GOETHALS, “Myth and Ritual in Cyberspace”, in J. MITCHELL, S. MARRIAGE, *Mediating Religion. Conversations in media, religion and culture*, ed. T&T Clark, London/New York 2006, 257-269.

²⁶ O. GONZÁLEZ DE CARDEDAL, “Prologo”, in J. M. SANCHES CARO; V. MARTÍN PINDADO, *La gran oración eucarística. Textos de ayer y de hoy*, ed. La Muralla, Madrid 1968, 15.

²⁷ Cf. P. GISEL, *Croyance incarnée. Tradition - Écriture - Canon - Dogme*, ed. Labor et Fides, Genève 1986, 44.

rio especificar os contornos da fé cristã como tal”.²⁸ Percebe-se a necessidade de uma norma veritativa da fé,²⁹ não arbitrária, que a faça entender como um quadro de referências indispensável para escolhas no futuro, numa descontinuidade com a cultura circundante, embora sem deixar de ser uma fé vivida por indivíduos numa sociedade muito solitária,³⁰ mas que recorrem às ferramentas digitais para se aproximar e procurar quem responda aos seus anseios, para dar corpo à sua busca de sentido. A fé tomará novas formas, manifestar-se-á de maneira distinta mas a que for “praticada sobre o impacto da afirmação de intensa individualidade não será uma realidade diferente da fé cristã como tal. Esta fé será simplesmente a fé de sempre experimentada numa situação histórica particular”.³¹ Mercê das características da cultura digital, promove-se a experiência de fé subjetiva como a característica mais destacada, intensificando uma individualidade crente, em que a experiência de fé ganha destaque sobre o conteúdo da mesma. A praxis cristã nos novos ambientes digitais descobrirá novas formas de viver e compreender a fé, cabendo ao discernimento eclesial aferir da existência ou não de elementos estranhos à memória cristã.³²

No âmbito da cidade informacional, onde o imaterial parece ter um lugar de quase exclusividade, convém também não esquecer que de acordo com a tradição cristã não há salvação “sem carne e sem referência à encarnação do Verbo”,³³ pelo que qualquer proposta pastoral terá, necessariamente, de contemplar sempre a experiência de fé feita na carne como prioritária. Este é o grande desafio.

LUÍS MIGUEL FIGUEIREDO RODRIGUES nasceu em 1975. Ordenado presbítero em 1999. É licenciado em Teologia pela Faculdade de Teologia-Braga, Mestre em Teologia – especialidade Catequética – pela Facultad de Teología “San Dámaso” (Madrid), Mestre em Pedagogia do E-Learning pela Universidade Aberta, e doutorado em Teologia – especialidade de Teologia Prática – pela Universidade Católica Portuguesa. Investiga e leciona matérias do âmbito da Teologia Prática. É Vigário Episcopal para a Educação Cristã da diocese de Braga, onde desenvolve, há mais de uma década, projetos de formação de agentes pastorais, sobretudo catequética. É membro do Cabido da Sé de Braga.

²⁸ D. TERRA, *Devenir Chrétien aujourd'hui. Un discernement avec Karl Rahner*, ed. L'Harmattan, Paris 2006, 19.

²⁹ Cf. P. GISEL, *o.c.*, 61-64.

³⁰ Cf. D. TERRA, *o.c.*, 98.

³¹ *Ibid.*, 157.

³² Cf. F. SEBASTIÁN AGUILAR, *La fe que nos salva. Aproximación pastoral a una Teología Fundamental*, col. Lux Mundi 92, ed. Sígueme, Salamanca 2012, 253.

³³ J. M. DUQUE, *o.c.*, 146.

VULNERABILIDADES E SOLIDARIEDADES EM CONTEXTO URBANO

ANA MARIA DA COSTA OLIVEIRA

A palavra “cidade” pode assumir pelo menos dois significados, um mais relacionado com os modos de organização comunitária e outro mais relacionado com o espaço ou território. Em latim, expressa-se *civitas* para o primeiro e *urbs* para o segundo, permanecendo no nosso vocabulário como cidade e urbano. Com efeito, quando hoje se fala de “cidade” – a *polis* – assume-se como um modo concreto de estar no mundo em coerência com a natureza social do homem.

A cidade foi evoluindo e torna-se em algo mais de que um espaço ou lugar com grandes transformações na sua configuração. Entendida como um campo de ação onde coexistem os progressos e retrocessos sociais e onde se conjugam diferentes processos: de urbanização (industrial, demográfica e cultural), de racionalização (científica, técnica e económica), de democratização (político e social), de secularização (ético e religioso), entre outros, a cidade assume diferentes formas, escalas e medidas que oferecem ao homem muitas possibilidades de humanização, de maneira a que se possa realizar como um ser pessoal, cultural político e social; mas também pode aumentar as suas possibilidades de desumanização (cf. Galli, 2014:42).

É neste contexto que se aborda o tema das vulnerabilidades urbanas, considerando que as mudanças da sociedade atual alteram os perfis de vulnerabilidade tornando estas situações mais presentes e transversais a todos os grupos sociais, com impacto nos indivíduos e famílias obrigando ao reequacionar do seu lugar no mundo e das suas expectativas face ao futuro.